

DOCUMENTO 12: Certidão Contendo os Nomes dos Dirigentes e Conselheiros da Entidade, bem como período de atuação e CPF de cada membro.

CERTIDÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a) _____, CPF _____, Certifico que os dirigentes e conselheiros da referida entidade, não são pessoas cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares, julgadas responsáveis por falta grave e inabilitadas para exercício de cargo em comissão ou função de confiança ou ainda pessoas consideradas culpadas por ato de improbidade, conforme o art.39, VII, "a", "b" e "c" da Lei 13.019/14, cujo período de atuação é de ___/___/___ a ___/___/___, e são:

Presidente: _____, CPF _____.

Vice Presidente: _____, CPF _____.

Outros: _____, CPF _____.

Outros: _____, CPF _____.

Bastos, ____ de _____ de 2017.

(Dirigente da entidade)

Nome Completo

CPF

DOCUMENTO 13: Certidão contendo o nome do contador responsável pela entidade e respectiva cópia da certidão de regularidade do conselho regional de contabilidade.

CERTIDÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, declaro para os devidos
fins e sob penas da lei, que (nome do contador), CPF _____, CRC nº
_____ é o contador Responsável pela referida entidade e que seu registro
está regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade, conforme cópia anexa.

Declaro na qualidade de Presidente desta entidade o responsável pelos pagamentos e o tesoureiro(a) ou outro membro desta entidade Sr (as) Declaro ter conhecimento e estar ciente das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

Bastos, _____ de _____ de 2017.

(Dirigente da entidade)

Nome Completo

CPF

Obs: anexar a esta certidão comprovante de regularidade do contador perante ao Conselho Regional de Contabilidade.

DOCUMENTO 14: Certidão contendo o nome do gestor indicado pela Entidade responsável pelo controle administrativo, financeiro e de execução da parceria.

CERTIDÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, nomeio o(a) Sr.(a)
_____, portador (a) do CPF _____, como da
parceria celebrado com a Prefeitura Municipal. Declaro ter conhecimento e estar ciente das
responsabilidades previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº
13.204/15.

Bastos, ____ de _____ de 2017.

(Dirigente da entidade)
Nome Completo
CPF

DOCUMENTO 15: Declaração informando se a entidade aplica nas atividades fins ao menos 80% de sua receita.

DECLARAÇÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, declaro para os devidos
fins e sob penas da lei, que a entidade aplica nas atividades fins ao menos 80% de sua receita.

Bastos, ____ de _____ de 2017.

(Dirigente da entidade)

Nome Completo

CPF

DOCUMENTO 16: Declaração de capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do plano de trabalho.

DECLARAÇÃO

_____, presidente/diretor/provedor, CPF _____, declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que o (a) _____(entidade) _____, dispõe de estrutura física e de pessoal, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas, acompanhamento e prestação de contas, bem como em atender o art. 43 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Bastos, ____ de _____ de 2017.

(Dirigente da entidade)
Nome Completo
CPF

Obs: Enviar uma lista com os seguintes dados da equipe envolvida no objeto de parceria: Nome do Profissional/CPF/RG/Data de Nasc./Endereço/e-mail/tel. Contato/Formação/Cargo-Função na instituição/Carga Horária/Regime de Contratação.

DOCUMENTO 17: Declaração de abertura de conta corrente específica.

DECLARAÇÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, declaro para os devidos
fins e sob penas da lei, que abriremos conta específica no **Banco do Brasil**, da qual
encaminharemos:

Endereço: _____

Telefone: _____

Agência nº: _____

Conta nº: _____

Bastos, ____ de _____ de 2017.

(Dirigente da entidade)
Nome Completo
CPF

**Obs: Será determinada abertura de conta corrente específica no Banco do Brasil, pois o
órgão público terá que ter isenção de qualquer tarifa bancária, conforme art.51 da Lei
13.019/14 (APENAS PARA CIÊNCIA, NÃO CONSTAR NA DECLARAÇÃO ESSA OBSERVAÇÃO)**

DOCUMENTO 18: Declaração de que os dirigentes da entidade não são agentes políticos.

DECLARAÇÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, declaro para os devidos
fins e sob penas da lei, que não integram a respectiva diretoria e não realizam serviços de
consultoria ou assistência técnica servidores públicos municipais.

Bastos, ____ de _____ de 2017.

(Dirigente da entidade)
Nome Completo
CPF

DOCUMENTO 20: Declaração que a Entidade se compromete a atender a lei federal nº 12.527/2011 e dar publicidade ao objeto pactuado.

DECLARAÇÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que a entidade se compromete em atender os requisitos previstos na Lei Federal nº 12.527/2011 e 13.019/2014, de forma especial a publicidade aos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízos das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

Bastos, ____ de _____ de 2017.

(Dirigente da entidade)
Nome Completo
CPF

DECLARAÇÃO 21 - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA COM O PODER PÚBLICO

DECLARAÇÃO

_____ presidente/diretor/provedor do (a), CPF _____, declaro, sob as penas do art. 299 do Código Penal, e conforme o que determina o art. 18, inciso III, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29 maio de 2008, que esta Entidade não tem nenhuma dívida com o Poder Público, nem se encontra inscrita nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito.

Bastos, ____ de _____ de 2017.

(Dirigente da entidade)
Nome Completo
CPF

DOCUMENTO 22: Declaração que a Entidade não contratará parentes ou empresas, inclusive por afinidade, de dirigentes da proponente ou de membros do poder público concedente.

DECLARAÇÃO

_____ presidente/diretor/provedor do (a), CPF _____, declaro para os devidos fins, nos termos da lei e do que segue abaixo:

Não ter como dirigente;

1 - membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, de qualquer esfera de governo, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta ou colateral até o 2º grau;

2 - servidor público vinculado ao órgão ou entidade concedente, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta ou colateral até o 2º grau.

Bastos, ____ de _____ de 2017.

(Dirigente da entidade)

Nome Completo

CPF

DOCUMENTO 23 – Declaração Informando a data de início das atividades da Entidade.

DECLARAÇÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, declaro para os devidos
fins sob pena da lei que a entidade _____ teve seu início das atividades em
___/___/___ e que seu Estatuto atende os ditames da Lei Federal nº 13.019/14.

Bastos, ___ de _____ de 2017.

(Dirigente da entidade)
Nome Completo
CPF

DOCUMENTO 24: Declaração de comprometimento de aplicação dos recursos conforme art. 51 da lei 13.019/2014, bem como prestar contas sob forma dos artigos 63 e 68 da mesma lei.

DECLARAÇÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, declaro para os devidos
fins que a entidade _____ se compromete em aplicar os recursos
repassados de acordo com o art.51 da Lei 13019/2014 bem como prestar contas na forma dos
art.(s) 63 a 68 da mesma lei.

Bastos, ____ de _____ de 2017.

(Dirigente da entidade)

Nome Completo

CPF

DOCUMENTO 26: Atestado de funcionamento regular emitida por autoridade do nível do governo;

- Documento emitido pela órgão / setor competente (Secretaria de Assistência Social/Educação/Saúde/Esporte).

DOCUMENTO 27: 2 vias do Plano de Trabalho em conformidade com o art. 22 da lei 13.019/2014

LEI Nº 13.204, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Seção VII - Do Plano de Trabalho

Art. 22. Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas; [\(Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#)

Este item deve ser composto pelo diagnóstico encaminhado pela Secretaria de Promoção Social, porém o mesmo deverá conter como fechamento (conclusão considerando que o texto fala sobre a realidade do município e não da instituição) a associação do diagnóstico com a realidade do público atendido pela instituição e seu território de referencia. O fechamento acima citado deve ser simples e sucinto.

II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados; [\(Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#)

As metas descritas neste item devem ser expressão da realidade da instituição, uma vez que as mesmas deverão ser cumpridas até o término do exercício (ano de referencia do Plano).

II- A - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria; [\(Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#)

Os valores contidos neste item devem estar em concordância com a realidade da instituição, às atividades propostas pelo plano e a prestação de contas apresentada.

III - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; [\(Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#)

IV - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas. [\(Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#)

Esse item trata da metodologia utilizada para o cumprimento da metas estabelecidas no Plano.

V - (*revogado);

VI - (revogado);

VII - (revogado);

VIII - (revogado);

IX - (revogado);

X - (revogado).

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

*Revogado significa anulado.